



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
VIGÊNCIA: 2018 a 2021

SÃO JOSÉ DO CERRITO

2018

Sumário

<i>1 IDENTIFICAÇÃO</i>	4
1.1 PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4
1.2 RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO	4
1.3 PREFEITURA MUNICIPAL	4
1.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4
1.5 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5
1.6 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5
1.6.1 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO CMAS, CONFORME SUAS ATRIBUIÇÕES:	5
<i>2. INTRODUÇÃO</i>	7
<i>3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL</i>	8
3.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	8
3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS	9
3.3 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	9
3.4 EDUCAÇÃO	10
3.4.1 ANÁLISE DA REALIDADE EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO	10
3.4.2 ESPORTE E CULTURA	14
3.5 SAÚDE	15
3.5.1 INDICADORES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	16
3.5.2 NASCIMENTOS	17
3.5.3 DIAGNÓSTICO DO SERVIÇO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	18
3.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	20
<i>4. COBERTURA DA PRESTADORA DE SERVIÇOS</i>	23
4.1 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	23
4.2 REDE SOCIOASSISTENCIAL	23
4.3 CONVÊNIO	23
4.4 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	24
<i>5. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS</i>	25
5.1 OBJETIVO GERAL	25
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	25
<i>6. DIRETRIZES</i>	26
<i>7. AÇÕES E ESTRATÉGIAS CORRESPONDENTES PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO</i>	27
7.1 GESTÃO	27
7.2 CONTROLE SOCIAL	28
7.3 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	28
7.4 PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE.....	30
7.5 PROTEÇÃO SOCIAL ALTA COMPLEXIDADE	30
7.6 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	31
<i>8. METAS ESTABELECIDAS</i>	32
8.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	32
8.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA COMPLEXIDADE.....	32
8.3 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	32
<i>9. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS</i>	33

<i>10. RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS</i>	34
10.1 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS:.....	34
10.2 RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS:.....	35
<i>11. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO</i>	36
11.1 PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (COM BASE NO PPA 2018-2021)	36
11.2 PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (COM BASE NO PPA 2018/1021 – DETALHAMENTO DAS FONTES E ELEMENTOS DE DESPESAS)	36
11.3 ORÇAMENTO MENSAL DO GOVERNO FEDERAL DESTINADO AO MUNICÍPIO	37
11.4 ORÇAMENTO ANUAL DE REPASSE DE RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	37
<i>12. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</i>	38
12.1 INSTRUMENTOS E MODO DE VERIFICAÇÃO.....	38
<i>13. APROVAÇÃO DO CMAS</i>	39

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Plano Municipal de Assistência Social

Vigência: 2018 a 2021

Período de elaboração: maio/2017 a novembro/2017

1.2 Responsáveis pela elaboração

Nome	Representação
Deize Aparecida Correa Pinheiro	Órgão gestor
Ana Carla Marcon	Assistente Social- Órgão gestor
Ana Maria Marcon	Entidades - CMAS
Neiva Pressoto Esmério de Oliveira	CRAS
Ana Luiza Antunes	CRAS
Jessica Mota Delfes	CRAS

Nome do responsável para contato: Deize Aparecida Correa Pinheiro

Telefone: 49- 3242-1111

E-mail: social@cerrito.sc.gov.br

1.3 Prefeitura Municipal

Município: São José do Cerrito - SC

Nome do Gestor Municipal: Arno Tadeu Marian

Nível de Gestão: Básica

Porte do Município: Pequeno Porte I

Endereço da Prefeitura: Rua: Anacleto da Silva Ortiz

Bairro: Centro

Número: 127

CEP:88-570 -000

Telefone: 49-3242-1111

E-mail: cerrito@cerrito.sc.gov.br

Site: www.cerrito.sc.gov.br

1.4 Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome do Gestor Municipal: Deize Aparecida Correa Pinheiro

Endereço da Secretaria: Rua: Anacleto da Silva Ortiz

Bairro: Centro

Número: 127

CEP: 88-570-000

Telefone: 49-3242-1111 Ramal-223

E-mail: social@cerrito.sc.gov.br

Site: www.cerrito.sc.gov.br

1.5 Fundo Municipal de Assistência Social

Nome do Gestor do FMAS: Deize Aparecida Correa Pinheiro

Lei de Criação do FMAS: Lei Nº 283/96

CNPJ: 14.819.230/0001-91

Fontes de Recursos: (X) Federal (X) Estadual (X) Municipal

1.6 Conselho Municipal de Assistência Social

Nome do Presidente: Ana Maria Marcon dos Santos

Possui Secretaria Executiva: (X) Sim () Não

O Secretário Executivo possui nível superior: () Sim (X) Não

Nome: Luiz Felipe Camargo

Telefone: 49- 3242-1111

e-mail: cmunicipaiscerrito@yahoo.com.br

Conselheiros Governamentais:

Nome	Representação	Observação
Ana Luiza Antunes de Liz	SMAS	Titular
Célia Maria Ortiz Correa	Secretaria de Saúde	Titular
Rosa Aláide Ortiz	SMECD	Titular
Mauro César Marcon	ADM	Titular

Conselheiros da Sociedade Civil:

Nome	Representação	Observação
Sonia Betiol de Souza	APAE	Titular
Rosimar Marcon	Associação Cultural Cerritense	Titular
Ana Maria Marcon dos Santos	ASDEC	Titular
Antônio de Souza	ACCC	Titular

1.6.1 Ações desenvolvidas pelo CMAS, conforme suas atribuições:

O CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social é um órgão deliberativo, de caráter

permanente, de composição paritária (Sociedade Civil e Governo), vinculado diretamente a Secretaria de Assistência Social, instituído pela Lei Municipal nº283/96, e possui as seguintes atribuições:

1. Como órgão normatizador, expede resoluções definindo e disciplinando a Política Municipal de Assistência Social;
2. Como órgão consultivo, emite pareceres sobre os temas de sua competência;
3. Como órgão deliberativo, reúne-se em sessões ordinárias mensais ou extraordinariamente sempre que necessário, decidindo após discussão por maioria simples de voto, todas as matérias de sua competência;
4. Como órgão controlador, fiscaliza as Entidades Assistenciais e os Programas Governamentais, que desenvolvem atendimento ou cujas atividades se relacionam ou interferem no disposto da Lei Orgânica de Assistência Social.

O CMAS reúne-se mensalmente, e extraordinariamente sempre que necessário, sendo a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família.

2. INTRODUÇÃO

O Plano Plurianual – PPA é o principal instrumento de planejamento estratégico para implementação de políticas públicas. Além de instrumento legal, declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da administração municipal.

A formulação deste documento deve ser vista como um meio essencial para consolidar a política pública de assistência social no município. O plano define, para um período de 4 anos registra os serviços, programas, projetos e benefícios que serão prestados aos cidadãos pelo órgão Gestor, Proteção Social Básica, Média Complexidade e Alta Complexidade no período de 2018 à 2021, respeitando os preceitos estabelecidos na Política Nacional de Assistência Social, planejando também a Gestão da Política elaborado sempre no primeiro ano de mandato do prefeito.

A elaboração do Plano é um momento oportuno que reúne diferentes agentes sociais, com objetivo de instituir um projeto articulado para o desenvolvimento do Município, capaz de enfrentar os grandes desafios da gestão municipal na melhoria da qualidade de vida da população com justiça social.

A metodologia utilizada para a formulação do PPA baseou-se no estabelecimento de condições para uma melhor compreensão da multissetorialidade e da transversalidade que caracteriza diversas políticas, assim como da organização das mesmas a partir dos diferentes recortes territoriais.

O plano foi sendo construído com base nas propostas deliberadas pela Conferencia Municipal de Assistência Social, bem como, pelo pacto de aprimoramento do SUAS, além de reuniões com os profissionais que atuam na política de assistência social e representação do Conselho municipal de Assistência Social.

3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Estas informações municipais tem o objetivo de apresentar um conjunto básico de indicadores acerca de características demográficas, econômicas, sociais e da gestão do Município de São José do Cerrito, para subsidiar a elaboração do Plano Plurianual 2018-2021.

É importante conhecer as questões relativas ao crescimento da população, a base produtiva, mercado de trabalho e agricultura familiar, os desafios e avanços quanto à questão da pobreza, educação e saúde, assim como a capacidade de financiamento e gestão do município é etapa fundamental para elaboração de um Diagnóstico Situacional que sirva para definir os programas e ações estratégicos da Administração Municipal para os próximos anos.

3.1 Aspectos Demográficos

A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -1,11% ao ano, passando de 10.364 para 9.273 habitantes. A renda média da população é de um salário mínimo. A população em extrema pobreza no Município é 1.062.

Índice de Desenvolvimento Humano	
São José do Cerrito	0,636
Santa Catarina	0,774
Brasil	0,727

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD 2010.

População residente, por situação do domicílio e sexo – 2010

Título	Total	Homens	Mulheres
Urbana	2.492	1.212	1.280

Título	Total	Homens	Mulheres
Rural	6.781	3.589	3.192

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

3.2 Aspectos Econômicos

O Município de São José do Cerrito tem sua economia baseada nos rendimentos obtidos a partir da produção agropecuária, sendo a exploração principal as culturas anuais de milho, feijão, soja e cebola, ficando as outras culturas em segundo plano no que se refere ao rendimento financeiro.

Rendimento Domiciliar per capita – 2010

Até 1/2 salário mínimo	1001
De 1/2 a 1 salário mínimo	1060
De 1 a 2 salários mínimos	551
De 2 a 5 salários mínimos	148
Mais de 5 salários mínimos	22

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

3.3 Produção Agropecuária

Quanto à pecuária, que está dividida em pecuária de corte, e de leite o desenvolvimento de seu potencial está sendo muito rápido e com resultados positivos para a melhoria da renda dos agropecuaristas. O setor é conduzido na sua maioria pelo segmento da agricultura familiar, ou seja, o trabalho é realizado com mão-de-obra exclusivamente da família dos agricultores.

Outra característica marcante do município é que, as propriedades na sua grande maioria 82% são formadas de pequenas áreas, isto é, menores que 50 (cinquenta hectares). A baixa renda das famílias agricultoras do município é motivo de preocupação para os

governantes, pois, isto reflete diretamente no baixo índice de qualidade de vida destas pessoas.

3.4 Educação

3.4.1 Análise da Realidade Educacional do Município

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do município de São José do Cerrito - SC, na sua estrutura organizacional atua na Educação Básica com programas e projetos na área do ensino, cultura e esporte.

Educação Infantil: Etapa educacional de responsabilidade do governo municipal. O Sistema de Ensino possui 01 CEIM - Centro de Educação Infantil Municipal, sendo a única escola que atende *creche* de 0 a 3 anos de idade e turmas de *pré-escolar* de 4 a 6 anos com atendimento integral e parcial no perímetro urbano. No interior do município temos somente uma turma de pré-escolar no Distrito de Salto dos Marianos e nas localidades que tem escolas multisseriadas há o atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 6 anos junto com a turma dos anos iniciais, esta organização se justifica devido ao decréscimo da matrícula.

Ensino Fundamental: Etapa educacional de responsabilidade dos governos municipal e estadual, sendo oferecido.

a) Anos Iniciais: a rede estadual atende em duas escolas e a rede municipal em quinze Instituições Escolares.

b) Anos Finais: a rede estadual atende em três escolas e a rede municipal atua com o Projeto Temporário Escola Itinerante que atende em dois núcleos nas localidades de Glória e São Geraldo.

Ensino Médio: Etapa educacional de responsabilidade do governo estadual, sendo oferecido.

c) Básico: a rede estadual atende em duas escolas e a rede municipal atua com o Projeto Temporário Escola Itinerante na localidade de Glória.

d) Profissionalizante: a rede estadual atende em uma escola.

Educação de Jovens e Adultos: O município possui convênio com o governo estadual que atua na Unidade Descentralizada (antigo NAES) com atendimento no Ensino Fundamental e Médio.

Educação Especial: O município tem a Escola Especial Integração que presta atendimento as pessoas com deficiências e o Sistema Municipal de Ensino desenvolve projetos como Sala Multifuncional e Atendimento Educacional Especializado.

Ensino Superior: Deslocamento diário dos universitários com três linhas de transporte escolar para as universidades em Lages.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, possui atendimento diário nos seguintes programas e projetos educacionais:

- Transporte Escolar;
- Alimentação Escolar;
- Distribuição de Uniformes, material didático e escolar;
- Formação Continuada;
- Sala Multifuncional;
- Reforço Escolar;
- Atendimento Educacional Especializado – Psicóloga;
- Proerd;
- Paternidade Responsável;
- Hora do Conto e outros.

Atualização de Matrícula Rede Municipal (Setembro/2017)

Educação Infantil (Área Urbana)

Nº	Unidade Escolar	Total
01	CEIM. Adão Rosa	199
TOTAL		199

Educação Infantil (Área Rural)

Nº	Unidade Escolar	Total
01	PEM. Branca de Neve (Salto dos Marianos)	21
TOTAL		21

Ensino Fundamental (Área Urbana)

Nº	Unidade Escolar	Turno	1º	2º	3º	4º	5º	Total
01	EMEF. Sebastião da S. Ortiz	Mat	03	09	16	22	20	70
		Vesp	18	19	13	13	-	63
TOTAL			21	28	29	35	20	133

Ensino Fundamental (Área Rural)

Nº	Unidade Escolar	Turno	1º	2º	3º	4º	5º	Total	Pré
01	EMEF. Bela Vista	Vesp.	04	04	03	07	03	21	10
02	EMEF. Campina Dogelo	Mat.	03	01	04	03	04	15	05
03	EMEF. Campina Grande	Mat.	04	04	05	06	04	23	07
04	EMEF. Ermida	Vesp.	-	01	02	-	01	04	03
05	EMEF. Glória	Mat.	04	-	01	04	04	13	02
06	EMEF. Laudelino Costa de Melo	Vesp.	04	01	06	04	02	17	02
07	EMEF. Luiz Alberto Valentini	Vesp.	03	01	02	02	-	08	03
08	EMEF. Luiz Ronsoni	Mat.	-	04	08	-	04	13	-
		Vesp.	03	-	04	-	11	06	
09	EMEF. N. Senhora da Salete	Vesp.	01	01	01	08	-	11	01
10	EMEF. Ponte Canoas	Mat.	04	-	03	06	02	15	02
11	EMEF. Rincão dos Muniz	Mat.	02	02	03	-	-	07	10
12	EMEF. Salto dos Esmérios	Mat.	01	01	-	02	02	06	-
13	EMEF. São Geraldo	Mat.	03	02	-	02	01	08	05
14	EMEF. Socorro	Mat.	02	01	03	06	01	13	05
	TOTAL		38	24	41	54	28	185	61

Ensino Médio (Área Rural)

Projeto Temporário Escola Itinerante Sempre Aprender

Nº	Núcleo Atendimento	1º	2º	TOTAL
01	Glória	11	09	20
Total		11	09	20

Total de Alunos Rede Municipal

Educação Infantil	281
Ensino Fundamental Anos Iniciais	318
Ensino Fundamental Anos Finais	71
Ensino Médio	20
Total	690

Ensino Fundamental (Rede Estadual)

Nº	UNIDADE ESCOLAR	Nº DE ALUNOS	ENDEREÇO	Área	
				U	R
1.	EEB. Mauro Gonçalves Farias	464	Centro	X	
2.	EEB. Leovegildo Esmério da Silva	191	Salto dos Marianos		X
3.	EEF. Laudelino de Souza Medeiros	62	Rincão dos Albinos		X

Ensino Médio (rede estadual)

Nº	UNIDADE ESCOLAR	Nº DE ALUNOS	ENDEREÇO	Área	
				U	R
1	EEB. Mauro Gonçalves Farias	119	Centro	X	
2	EEB. Leovegildo Esmério da Silva	38	Salto dos Marianos		X
3	CEDUP Caetano Costa	159	Itararé		X

Unidade Descentralizada -NAES: Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (Rede Estadual)

- Anos finais do ensino fundamental: 25

- Ensino Médio: 26
- Educação Especial (Rede Privada Filantrópica - APAE) = 77

ALGUNS INDICADORES DE EDUCAÇÃO	TAXA %
Índice de educação IDHM-E 2010	0,636
Taxa de alfabetização de adultos 2010	84,64
Taxa bruta de frequência escolar 0 a 3 anos 2010	15,02
Taxa bruta de frequência escolar 4 a 5 anos 2010	71,6
Taxa bruta de frequência escolar 6 a 14 anos 2010	96,8
Taxa bruta de frequência escolar 15 a 17 anos 2010	77,3
Taxa de distorção serie/idade Ens. Fundamental Anos Iniciais 2014	9,3
Taxa de distorção serie/idade Ens. Fundamental Anos Finais 2013	19,9
Taxa de distorção serie/idade Ens. Médio 2014	18,4

3.4.2 Esporte e Cultura

Aspectos Desportivos: O esporte mais praticado pelo cerritense é o futebol de campo e de salão, o município possui um ginásio de esporte e um estádio onde são realizados campeonatos de futsal e futebol de campo. São organizadas equipes para participarem dos eventos promovidos pela FESPORT. Todas as práticas desportivas realizadas são amadoras e atualmente há a escola de futebol e de futsal com o projeto Leãozinho Baio.

Aspectos Culturais e Turísticos: Longe dos grandes centros urbanos as manifestações culturais assumem outras características. Em São José do Cerrito não há teatro e nem cinema, entretanto, as manifestações, ações artísticas e culturais são expressadas e valorizadas em diferentes espaços como no Centro de Eventos e no Museu Municipal.

Invernada Artística: O Projeto Raízes da Serra iniciou em 05 de maio de dois mil e cinco, com aproximadamente setenta crianças e adolescentes com idade de 8 a 18 anos, é mantido pelo governo municipal, através da Secretaria Municipal de Educação. O objetivo deste projeto é desenvolver as potencialidades humanas, em um processo criativo e de apreciação artística.

Grupo Arte é Vida: Oferece muitas possibilidades, aumentando os campos de conhecimento, lazer, cenografia, imitação e criatividade. A arte de representar não é privilégio de profissionais. Todos podem usar o teatro, música e a dança como forma de expressar e de comunicar aos outros emoções, ideias e valores que consideram importantes. Ao mesmo tempo, o trabalho do ator é passar uma mensagem ao espectador. O ator em cena torna-se o personagem que vive a realidade, fruto da observação e imaginação. Pensando nisso a Secretaria Municipal de Educação visando dar oportunidade às pessoas do Município que se identificam com a arte de representar criou o Grupo Arte é Vida, esse trabalho teve início no dia 1º de maio de 2001, atendendo preferencialmente crianças e adolescentes.

3.5 SAÚDE

Conceito de Saúde: “Saúde é o resultado das condições de alimentação, habitação, educação, meio ambiente, trabalho e renda, transporte, lazer e acesso as políticas públicas de bem comum”.

Nossa rede física instalada conta com o apoio de três Unidades Básicas de Saúde uma na área urbana e duas na área rural gerenciadas pelo poder público municipal, também contamos com o apoio do Serviço de Apoio Móvel de Urgência e Emergência (SAMU) localizado nas dependências da unidade central que também é gerido pelo poder público. No nosso município também temos um Hospital Filantrópico que atende a demanda livre sendo este de poder privado.

O nosso serviço de atendimento á população é prestado por um médico que atende no hospital e sete médicos que atendem nos postos de saúde, contamos também com um fisioterapeuta, três enfermeiras e seis técnicas de enfermagem, um farmacêutico e uma atendente de farmácia, bem como o trabalho realizado pelas vinte e seis agentes comunitárias de saúde, que percorrem 80% o interior do município. O serviço odontológico é prestado por três odontólogos e uma auxiliar de saúde bucal.

Mesmo com todos os profissionais de saúde ainda existe dificuldades no acesso da população rural a este serviço devido a problema nos horários de atendimento e número de fichas. Para que possamos amenizar este problema foi implantado duas equipes de ESF – Estratégia da Saúde da Família que atende aproximadamente 80% da população, e também é

proporcionado duas vezes por semana o atendimento de equipe médica nas Unidades do interior, que estão localizadas em Salto dos Marianos e Glória.

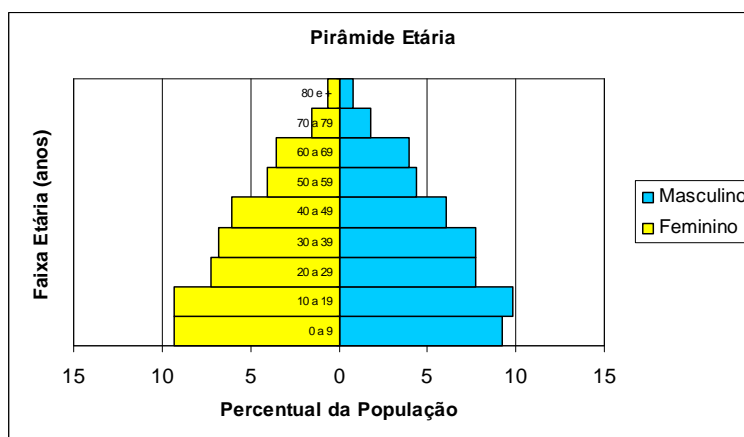
Os trabalhos da pastoral da saúde com a utilização de plantas medicinais, homeopatia e incentivo ao cultivo de hortas caseiras, já estão trazendo resultados positivos.

Diagnóstico Epidemiológico: Os dados levantados foram analisados por profissional (enfermeiras) de nível superior, segundo informação existente no banco de dados dos últimos cinco anos da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Cerrito.

Vigilância Epidemiológica: Atual rede de assistência epidemiológica, mostra-se relativamente carente, tendo dificuldades para cobrir a demanda reprimida existente e, para propiciar uma cobertura efetiva, precisando criar mecanismos, organização de sistemas e dados que propiciem notificações compulsórias que oportunizem diretrizar ações básicas diminuindo a morbimortalidade infantil e adulta. Para tanto, faz-se necessário, uma reavaliação dos mecanismos de coleta de dados.

Conforme a percepção das equipes de saúde existentes, a falta de saneamento básico, construção e melhoria de uma gleba das casas com instalações sanitárias no meio rural e parte do urbano, além da preservação das fontes de água para uso humano no meio rural - “o que hoje é uma calamidade pública” também a mudança dos hábitos alimentares e de higiene (recursos financeiros para investimentos) se constitui na maior fonte de doenças no município.

3.5.1 Indicadores de Saúde do município



Antes da apresentação dos indicadores de saúde, convém ressaltar a deficiência quanto a qualidade e quantidade de dados disponíveis. A deficiência na área de coleta de dados impossibilita proceder-se uma análise mais profunda e atual sobre a situação de saúde da

população onde serão apresentadas as informações dos indicadores municipais de saúde referente: nascimentos, fecundidades por faixa etárias e mortalidade por faixa etárias e grupo de causa, além da cobertura vacinal e campanhas de multivacinação.

3.5.2 Nascimentos

Taxa bruta de natalidade por 1.000 habitantes, segundo Brasil, Santa Catarina e São José do Cerrito.

ANO	SÃO JOSÉ DO CERRITO	SANTA CATARINA	BRASIL
2015	11,06	12,5	14,16

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC)

3.5.3 Taxa de Mortalidade

Número de óbitos por diversas causas no município de São José do Cerrito.

CAUSA	ANO 2015
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	04
Neoplasias [tumores]	14
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	07
Transtornos mentais e comportamentais	01
Doenças do aparelho circulatório	14
Causas externas de morbidade e de mortalidade	06

Fonte: Governo do Estado - SC, Secretaria de Estado da Saúde, Sistema de Informações de Mortalidade (SIM).

Ao observarmos os indicadores de saúde, podemos perceber que as doenças do Aparelho Circulatório e Neoplasia (tumores) apresentaram maior índice de incidência. As doenças do Aparelho Circulatório são muito frequentes devido ao clima frio de nossa região e alimentação mal orientada principalmente o uso abusivo de sódio nos alimentos.

Segundo os parâmetros adotados pela Secretaria Estadual da Saúde SES/SC, a mortalidade Infantil pode ser classificada:

- muito baixa: menor de 15 para cada 1.000 nascidos vivos;
- baixa: menor de 20 para cada 1.000 nascidos vivos;
- alta: de 20 a 50 para cada 1.000 nascidos vivos;

- muito alta: maior de 50 para cada 1.000 nascidos vivos.

No município de São José do Cerrito, a mortalidade infantil é baixa. Isto justifica que apesar dos poucos recursos, o nível de Saúde de nosso município, é bom.

Morbidade Ambulatorial: Como não existem registros de morbidade ambulatorial, buscamos dados mesmo que informais, junto aos profissionais médicos. Estes informaram que as doenças do aparelho respiratório aparecem como a maior razão de procura nas Unidades Sanitárias, seguidas de Doenças Crônico Degenerativas e Acidentes, portanto a morbidade ambulatorial se equivale à morbidade Hospitalar.

Morbidade Hospitalar: As Doenças Crônico Degenerativas aparecem como a maior razão de procura ao Hospital. Isto pode ser explicado pelo fato de que o Município é essencialmente agropecuário e 79.30% da população está na área rural, a alimentação é muito gordurosa, não dispendo de orientação para uma dieta alimentar adequada, e a não realização de exercícios físicos frequentes (vida sedentária) contribui para a existência de um índice de 100% de incidência. Aparecem ainda, doenças na coluna vertebral (hérnia de disco) entre outras, sendo na maioria das vezes em pessoas que trabalham na agricultura, que fazem muitos esforços físicos, as doenças do aparelho urinário, o que se explica devido ao clima frio e úmido da região.

Vigilância Sanitária: A rede de assistência sanitária está deficitária, carecendo de organização e maior intensidade nas atividades sistêmicas de educação, higiene e saúde com funcionários de órgãos, entidade e empresas do ramo. Além das instalações sanitária de todas as obras construída no perímetro urbano do município que terá de ser realizado por esse setor de trabalho (Vigilância Sanitária). Cadastramento do município de São José do Cerrito, na Coordenadoria de Vigilância em Saúde/Diretoria de Vigilância Sanitária – SC (Gerencia do Meio Ambiente) no Programa SISAGUA.

3.5.3 Diagnóstico do Serviço de Saúde no Município

Rede física instalada: Três Unidades Sanitárias do Poder Público Municipal, uma no perímetro urbano e duas no perímetro rural e um Hospital privado.

Unidade Sanitária Centro: A Unidade Sanitária Central é adequada para melhor atender a população.

Espaço Físico da Unidade Sanitária do Centro:

Unidade Sanitária Central Salomão Paes	Quantidade de Peças
Consultório médico	04
Consultório odontológico	02
Consultório de Enfermagem	03
Sala de Vacina	01
Sala Odontológica	02
Sala de Curativo	01
Sala de Exames Preventivos	01
Sala de Espera	04
Sala de Antropometria	01
Sala de Vigilância Epidemiológica	01
Gabinete do Secretário	01
Farmácia	01
Cozinha	01
Almoxarifado	01
Recepção	01
Sanitário	07
Sala de Vigilância Sanitária	01
Farmácia	01
Sala de Marcação de Exames e Consultas	01

Unidade Sanitária Salto dos Marianos: Localiza-se na zona rural a 22 km de distância do centro. Espaço Físico da Unidade de Salto dos Marianos:

Unidade Sanitária	Quantidade de Peças
Consultório médico e odontológico	02
Banheiro	04
Sala de Espera	01
Sala de Procedimentos	01
Farmácia	01
Cozinha	01

Área de Serviço	01
Sala de Triagem	01

Unidade Sanitária Glória: Localiza-se na zona rural a 38 km de distância do centro, sendo ótimo seu estado de conservação.

Espaço Físico da Unidade de Glória: Unidade Sanitária Área 64,00 m²	Quantidade de Peças
Consultório médico e odontológico	02
Banheiro	04
Sala de Espera	01
Sala de Vacina	01
Sala de Procedimentos	01
Farmácia	01
Cozinha	01
Área de Serviço	01
Sala de Triagem	01

3.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em setembro de 2017 era de 958 dentre as quais:

- 203 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00;
- 272 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;
- 312 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;
- 171 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de setembro de 2017, é de 404 famílias. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 120,03 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 48.491,00 no mês.

O total de benefícios no mês de outubro foi de 980, sendo 210 básico, 622 variáveis, jovem 90, nutriz 11, gestante 12 e superação de extrema pobreza 35.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2017, atingiu o percentual de 96,9%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 410 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 423. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 89,8%, resultando em 53 jovens acompanhados de um total de 59.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2016, atingiu 68,2 %, percentual equivale a 251 famílias de um total de 368 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Pelo acompanhamento feito a estas famílias constata-se como principais necessidades: a geração de renda, a melhoria habitacional, e a estruturação familiar (fortalecimento dos vínculos afetivos e compromisso com a família) o que implica em investimentos contínuos para reduzir estas deficiências, considerando que o ciclo da pobreza vem crescendo de forma rápida e preocupante.

No que se refere ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) podemos relatar que constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social.

É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65(sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O total de beneficiários no mês de setembro é 165.

	Beneficiários	Repassado / Setembro/2017	Repassado /2017	Repassado / 2016
PCD	149	R\$ 139.613,00	R\$ 1.291.186,00	R\$ 1.624.452,32
Idosos	16	R\$ 14.983,00	R\$ 132.973,00	R\$ 167.135,16
Total	165	R\$ 154.596,00	R\$ 1.424.159,00	R\$ 1.791.587,48

Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). As ações da Assistência Social no município são desenvolvidas em todos os segmentos, seja ele crianças, adolescentes, adultos, idosos e deficientes trabalhando diretamente com o indivíduo e sua família, pois identificamos que muitas vezes as dificuldades enfrentadas contribuem para a fragilidade dos laços familiares.

No CRAS é ofertado o PAIF (Serviço de Proteção e atendimento Integral a família), bem como, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para crianças, adolescentes e jovens.

As famílias são acompanhadas por uma equipe técnica de referência (assistente social e psicóloga) e recebem orientações sistematizadas para melhor reconstruir seu projeto de vida, visando fortalecer os vínculos de pertencimento intrafamiliar. O acompanhamento pelos técnicos de referência se dá através de visitas domiciliares in loco, atendimento psicossocial da família ou individualizado no CRAS ou através de ações de intervenção grupal.

4. COBERTURA DA PRESTADORA DE SERVIÇOS

4.1 Equipamentos Públicos

Equipamento Proteção Social Básica	Número de Família Atendidas/Acompanhadas
CRAS	200
CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS	100

4.2 Rede Socioassistencial

Nome da Entidade	Forma de inscrição no CMAS	Nível de Proteção	Descrição das Principais Ações
APAE	(X) Serviço () Programa () Projeto () Benefício	Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias.

4.3 Convênio

Nome da Entidade		Nível de Proteção	Descrição das Principais ações
Abrigo Institucional/ Casa lar de Bocaina do Sul	(X) Serviço () Programa () Projeto () Benefício	Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.

Nossa rede prestadora de serviços conta com poucos serviços, desta forma procuramos articular nossa ação com outras secretarias municipais, com entidades e representações da sociedade civil organizada, criando redes de atendimento para aperfeiçoar os recursos disponíveis e melhorar a qualidade do atendimento.

O CRAS é nossa porta de entrada para os atendimentos sociais no município, e é a partir do diagnóstico que realizamos encaminhamentos a rede de serviços existente. O

município não possui CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), apenas o profissional de assistência social no órgão gestor, que atende as demandas de benefícios eventuais e atendimentos de casos sobre violação de direitos.

Sobre o serviço de acolhimento é feito convênio com outro município, tendo em vista que a demanda para esses serviços é praticamente inexistente, assim a equipe técnica do Conselho Tutelar, quando necessário realiza encaminhamos para o município para o acolhimento da criança ou adolescente.

4.4 Benefícios Eventuais

Os benefícios eventuais são realizados pelo órgão gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Descrição (Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007)
1.Auxílio Funeral <input checked="" type="checkbox"/> Pecúnia <input type="checkbox"/> Bens materiais
2.Auxílio natalidade <input type="checkbox"/> Pecúnia <input checked="" type="checkbox"/> Bens materiais
3.Calamidade Pública
Cestas básicas
4.Vulnerabilidade Temporária
Aluguel social

O município conta com Lei Municipal que institui os benefícios eventuais:

Sim Não

5.OBJETIVO GERAL E ESPECIFICOS

5.1 Objetivo Geral

O Plano Plurianual, tem por objetivo promover melhor qualidade de vida, de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, bem como viabilizar a participação destes nas ações e serviços no intuito de se tornarem protagonistas da sua própria história.

5.2 Objetivos Específicos

- a) Investir na qualificação e (re) qualificação dos diferentes profissionais e pessoas que atuam na assistência social.
- b) Proporcionar ações que favoreçam a participação da população na tomada de decisão.
- c) Fortalecer o Controle Social, pois essa é a expressão material da participação popular;
- d) Fortalecer o Diagnóstico Social, para sabermos como e onde atuar;
- e) Garantir o acesso da população aos benefícios sociais a que tem direito;
- f) Realizar campanhas socioeducativas;
- g) Desenvolver ações que promovam o encontro intergeracional;
- h) Efetivar o cumprimento da NOB/RH no sentido da valorização dos trabalhadores;
- i) Cumprimento com as deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social.
- j) Proporcionar condições de trabalho para execução das ações socioassistenciais.
- k) Assegurar o desenvolvimento, integral a crianças e adolescentes, valorizando e fortalecendo a convivência social e familiar;
- l) Promover a integração e participação do idoso na sociedade, fortalecendo os vínculos familiares e sociais da pessoa idosa.

6. DIRETRIZES

A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS, na Política Nacional de Assistência Social-2004, Norma Operacional Básica e no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

I – Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais.

II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

7. AÇÕES E ESTRATÉGIAS CORRESPONDENTES PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO

7.1 Gestão

Objetivos	Ações	Prazo de execução			
		2018	2019	2020	2021
Garantir a transparência dos recursos do FMAS	Publicizar a prestação de contas da aplicação dos recursos da Política da Assistência Social para usuários.	X	X	X	X
Garantir percentual mínimo para a Assistência Social em todas as esferas do governo.	Ampliar a oferta dos serviços	X	X	X	X
Implantar a Gestão do Trabalho no SUAS	Garantir representatividade dos trabalhadores do SUAS na implantação do plano de cargos, carreiras e salários; - Priorizar a efetivação das equipes de referência de acordo com a NOBRH/SUAS.	X	X	X	X
Pleitear recursos dos entes para a construção e manutenção dos equipamentos que prestam serviços de proteção Básica.	Ampliação da Sede própria do CRAS. Reforma do Centro do Idoso.	X	X	X	X
Implantar equipe volante para atendimento mais abrangente no meio rural.	Garantir através de Concurso Público a efetivação desta equipe.	X	X	X	X
Implantar Educação	Criar o plano municipal de				

Permanente aos profissionais da Assistência Social, conforme preconiza a NOB-RH SUAS.	educação permanente.	X	X	X	X
Adquirir equipamentos eletrônicos, áudio visuais, eletrodomésticos.	Proporcionar melhor qualidade para os serviços.	X	X	X	X
Garantir concurso para equipe da gestão	Efetivar a equipe mínima da gestão	X	X	X	X

7.2 Controle Social

Objetivos	Ações	Prazo de execução			
		2018	2019	2020	2021
Efetivar a participação do usuário no CMAS	Garantir a participação paritária dos usuários e dos trabalhadores do SUAS. Desenvolver atividades que visem mostrar a importância dos conselhos.	X	X		
Garantir capacitação para os conselheiros	Capacitação de todos os participantes do CMAS.	X	X	X	X
Criar estrutura própria com instalações físicas adequadas para os Conselhos Municipais de Assistência Social.	Local próprio para o funcionamento da secretaria Executiva dos conselhos.	X	X	X	X
Garantir o fortalecimento da Secretaria Executiva.	Garantir local próprio e profissional efetivo para assessorar os conselhos.	X	X	X	X

7.3 Proteção Social Básica

OBJETIVOS	AÇÕES	PRAZO DE EXECUÇÃO			
		2018	2019	2020	2021
Efetivar a Coordenação exclusiva de CRAS.	Garantir técnico de nível superior efetivo para a função exclusiva de coordenação de CRAS conforme NOB - RH/SUAS.	X	X	X	X
Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos.	Fortalecer a cobertura de atendimento, para que o usuário conheça os seus direitos socioassistenciais.	X	X	X	X
Atender as famílias beneficiárias do PBF que apresentem outras vulnerabilidades que não somente a renda.	Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do PBF.	X	X	X	X
Atender e acompanhar as famílias com membros no BPC.	Acompanhar as famílias com membros BPC.	X	X	X	X
Manter o levantamento e a busca ativa da demanda prioritária dos diversos públicos do SCFV.	Busca Ativa e cadastramento.	X	X	X	X
Proporcionar atendimento do SCFV para crianças e adolescente no meio rural.	Ampliar a cobertura de atendimento no meio rural do SCFV.	X	X	X	X
Atendimento de prevenção e promoção aos grupos de SCFV.	Atividades que fortaleçam a convivência familiar e comunitária.	X	X	X	X
Garantir o acesso de informações dos programas e projetos das políticas públicas de assistência social.	Promover ações comunitárias para que a população tenha informações de programas e benefícios.	X	X	X	X
Contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional.	Reuniões periódicas para fortalecer a rede intersetorial de atendimento para diminuição da evasão escolar.	X	X	X	X
Desenvolver estratégias para estimular as potencialidades de crianças e adolescentes com deficiência e o papel das famílias na comunidade e proteção social;	Ampliar a oferta de atendimento de crianças e adolescentes que recebem BPC no SCFV.	X	X	X	X
Fortalecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais.	Realizar encontros do SCFV de crianças e adolescentes com o grupo dos idosos, propiciando trocas de experiências e vivências.	X	X	X	X
Possibilitar o acesso a manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento e novas sociabilidades;	Incluir em eventos artísticos e culturais na rede.	X	X	X	X
Reduzir a ocorrência de situações de vulnerabilidade no território.	Articulação com a rede de atendimento das políticas públicas.	X	X	X	X
Prevenir a ocorrência de violência, abuso e exploração sexual.	Realizar campanhas educativas nas escolas, ações comunitárias nos bairros, para esclarecimento do assunto.	X	X	X	X

7.4 Proteção Social Média Complexidade

Objetivos	Ações	Prazo de Execução			
		2018	2019	2020	2021
Garantir o atendimento ao deficiente, idoso, a mulher vítima de violência, a pessoa em situação de rua e as famílias em situação de risco social.	Atendimento com escuta qualificada e acompanhamento dos encaminhamentos.	X	X	X	X
Atender e acompanhar a demanda de medidas sócio educativas.	Acompanhar a realização do serviço comunitário. Realizar grupos de trabalho com os jovens e suas famílias.	X	X	X	X
Verificar junto às outras políticas públicas, um diagnóstico de situações de violência doméstica no município.	Encontro com a rede intersetorial de serviços públicos, para construção de um diagnóstico.	X	X	X	X
Garantir atendimento ao idosos com seus direitos violados.	Escuta qualificada, visita domiciliar e encaminhamento para a rede intersetorial.	X	X	X	X
Prestar atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração.	Busca ativa e orientação a família quanto aos direitos da crianças e adolescentes e encaminhamento para rede de apoio intersetorial.	X	X	X	X

7.5 Proteção Social Alta Complexidade

Objetivos	Ações	Prazo de Execução			
		2018	2019	2020	2021
Garantir atendimento e proteção as crianças e adolescentes que estão com os vínculos familiares rompidos.	Manter convênio com instituição de abrigo com outro município	X	X	X	X
Implantar Família acolhedora	Encaminhar projeto de Lei ao poder Legislativo, definição de local, contratação de equipe técnica.	X	X	X	X

7.6 Benefícios Eventuais

Descrição (Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007)	2018	2019	2020	2021
Auxílio Funeral	X	X	X	X
Auxílio natalidade	X	X	X	X
Calamidade Pública	X	X	X	X
Cestas básicas	X	X	X	X
Aluguel social	X	X	X	X
Vulnerabilidade Temporária	X	X	X	X

8. METAS ESTABELECIDAS

8.1 Proteção Social Básica

Serviços/Programas e Projetos	METAS			
	2018	2019	2020	2021
Famílias em Acompanhamento pelo Serviço de proteção e atendimento integral a família.	80	80	80	80
Público Prioritário no Serviço de Convivência em Fortalecimento de Vínculos.	90	90	90	90
Pessoas acompanhadas no Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.	10	15	15	15

8.2 Proteção Social Especial Média Complexidade

Serviços/ Programas e projetos	METAS			
	2018	2019	2020	2021
Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade.	5	5	5	5

8.3 Benefícios Eventuais

Descrição	2018	2019	2020	2021
Auxílio funeral	50	50	50	50
Auxílio Natalidade	40	40	40	40
Cesta Básica	200	200	200	200
Aluguel social (calamidade pública)	5	5	5	5

9. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

Espera-se com este plano, que a partir dos objetivos estabelecidos, seja possível colocar em práticas as ações que garantam os princípios e diretrizes do SUAS e em melhores condições de trabalho, que refletirá diretamente na qualidade dos serviços prestados para a população.

No órgão gestor espera-se que seja aprimorado a gestão conforme estabelece a NOB/RH, bem como, efetivação através de concurso público dos profissionais.

Enquanto Proteção Social Básica, busca-se ampliar o atendimento ao público-alvo prioritário, o atendimento na extensão rural do município e principalmente a efetivação dos funcionários conforme a NOB-RH, qualificando os equipamentos do SUAS existentes, e assim universalizando o acesso aos direitos sociais nos respectivos territórios, prevenindo efetivamente as situações de vulnerabilidade, permitindo a diminuição dos índices de direitos violados.

Enquanto Proteção Social Especial, as demandas quando surgem, são atendidas pela equipe técnica de referência do CRAS e Gestão que buscam orientar as famílias, bem como, encaminhar para os serviços da rede para a possível resolução dos problemas e fortalecimentos dos vínculos familiares.

10.RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

10.1 Recursos Humanos Disponíveis:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação			
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados	Contrato
Assistente Social		1		
Operadores de cadastro único			1	
Secretário			1	
Estagiários				1
Motoristas	1			
Total	1	1	2	1

Proteção Social Básica – CRAS

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação			
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados	contrato
Assistente Social	1			
Psicólogo		1		
Orientadores Sociais (educadores, monitores, cuidadores).	2		2	1
Motorista	1			
Outros			4	2
Total	3	1	6	3

10.2 Recursos Humanos Necessários:**Secretaria Municipal de Assistência Social**

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social	1		
Psicólogo	1		
Auxiliar administrativo	1		
Operadores de cadastro único	1		
Secretário	1		
Motoristas	1		
Total	5		

Proteção Social Básica – CRAS

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social			
Psicólogo	1		
Orientadores Sociais (educadores, monitores, cuidadores)	3		
Auxiliar administrativo	1		
Coordenador	1		1
Recepcionista	1		
Motorista	1		
Merendeira	2		
Serviços Gerais	2		
Total	12		

11. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

11.1 Planejamento orçamentário da Assistência Social (com base no PPA 2018-2021)

ANO	Planejamento orçamentário do município (em reais)	Orçamento da Assistência Social (em reais)	Percentual da Assistência Social em Relação ao Orçamento do Município
2018	21.170.000,00	924.400,00	4,37%
2019	22.440.200,00	979.864,00	4,37%
2020	23.786.612,00	1.038.655,84	4,37%
2021	25.211.446,41	1.100.979,14	4,37%

11.2 Planejamento Orçamentário da Assistência Social (com base no PPA 2018/1021 – Detalhamento das Fontes e Elementos de Despesas)

Planejamento Orçamentário (em reais)				
Secretaria Municipal de Assistência Social				
Despesas Correntes				
Fonte (Municipal, Estadual, Federal)	2018	2019	2020	2021
Total Geral	869.400,00	921.564,00	976.855,84	1.035.479,14
Despesas de Capital				
Fonte (Municipal, Estadual, Federal)	2018	2019	2020	2021
Total Geral	55.000,00	58.300,00	61.800,00	65.500,00
Total Geral				
Fonte (Municipal, Estadual, Federal)	2018	2019	2020	2021
Total Geral	924.400,00	979.864,00	1.038.655,84	1.100.979,14

11.3 Orçamento Mensal do Governo Federal destinado ao Município

Incentivo	Ação Orçamentária	Teto Financeiro
IGD- Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família	Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	4.972,83

Proteção Social Básica		
Ano	Federal Valor	Próprios Valor
2018	180.200,00	606.00,00
2019	191.012,00	642.360,00
2020	202.472,12	680.901,60
2021	214.621,07	721.755,69
Proteção Social Especial / Média Complexidade		
	Valor	
2018	5.100,00	
2019	5.406,00	
2020	5.730,36	
2021	6,074,18	

11.4 Orçamento Anual de Repasse de Recursos do Governo do Estado de Santa Catarina

Benefícios Eventuais	
	Valor
2018	5.000,00
2019	5.300,00
2020	5.618,00
2021	5.955,00

12. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este Plano Municipal de Assistência Social 2018 -2021 será monitorado, avaliado e aperfeiçoado no decorrer de seu desenvolvimento. O objetivo do monitoramento e da avaliação é registrar alterações e aprimorar as ações, sendo considerados instrumentos de um processo maior de planejamento. Estão previstas adequações conforme as análises das condições do que foi executado e ou sendo realizadas.

Cada programa, projeto ou ação estratégica descritos neste PPA, tem uma forma particular de monitoramento e avaliação, de forma qualitativa e quantitativa; cujo resultado deverá dar base para atualização anual do PPAS.

A Secretaria Municipal de Assistência, como órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social tem a responsabilidade de acompanhar as ações estratégicas e as metas aqui previstas, bem com o realizar a avaliação anual dos objetivos de acordo com a realidade e suas demandas.

12.1 Instrumentos e modo de verificação

Nível de Proteção	Instrumentos	Periodicidade
Gestão	Reunião com a equipe Técnica do órgão gestor e da proteção social básica.	Mensal
Proteção Social Básica	Visita junto aos usuários dos serviços; Visita aos Serviços / Programas / Projetos / benefícios; Reunião com os coordenadores dos Serviços / Programas / Projetos / Benefícios.	Semestral Mensal Mensal
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Visita junto aos usuários dos serviços; Visita aos Serviços / Programas / Projetos / benefícios; Reunião com os coordenadores dos Serviços / Programas / Projetos / Benefícios; Reuniões com a equipe técnica.	Semestral Semestral Mensal
Proteção Social Especial de alta complexidade	Convênio (faremos o acompanhamento das famílias cuja as crianças e adolescentes estão em regime de acolhimento institucional.	Mensal

13. APROVAÇÃO DO CMAS



**Conselho Municipal de Assistência Social de
São José do Cerrito**

RESOLUÇÃO Nº. 05 /2017 – CMAS / São José do Cerrito - SC

*Dispõe sobre a aprovação do Plano
Plurianual de Assistência Social 2018 – 2021
do município de São José do Cerrito - SC.*

A **Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social** do município de São José do Cerrito Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Em Conformidade com a reunião plenária realizada em 07 de novembro de 2017 resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Plurianual de Assistência Social 2018 – 2021, do município de São José do Cerrito, SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Ana Maria Marcon dos Santos
Presidente do CMAS

São José do Cerrito – SC 07 de novembro de 2017.

